APORTES E LIMITES DA PROSOPOGRAFIA PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA

CONTRIBUTIONS AND LIMITS OF PROSOPOGRAPHY FOR THE STUDY OF HISTORY

Thaís Fleck Olegário
fleckolegario@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca compor um panorama acerca das possibilidades e insuficiências do método prosopográfico para o estudo da história. O texto parte da exposição historiográfica da história social e das elites, e em seguida apresenta a reflexão sobre os limites e aportes do método por intermédio de revisão bibliográfica e da análise de obras escolhidas que utilizam a prosopografia. Por fim, apresenta-se brevemente a discussão sobre as relações entre história local e regional e o estudo de elites através da prosopografia.

Palavras-chave: Prosopografia, Elites, Metodologia.

Abstract: This paper aims to present the possibilities and limits of prosopography for the study of history. The study starts from the historiographic exposition of social history, and then presents the reflection about the limits and contributions of the method through a bibliographical review and analysis of selected works that use prosopography. Finally, presents the discussion about the relations between local and regional history and the study of elites through prosopography.

Keywords: Prosopography, Elites, Methodology.

Introdução

O debate sobre a utilização do método prosopográfico em pesquisas da área de história surge em meio à renovação temática de estudos vinculados à história social. O texto pioneiro de Lawrence Stone, de 1971, em linhas gerais postula que a prosopografia trata da “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas”¹. Desse modo, o método busca desvendar dois dos principais problemas da história política: as origens da ação política e a estrutura e mobilidade sociais.

Neste sentido, este trabalho busca compor um panorama acerca das possibilidades e insuficiências do método prosopográfico. Dessa forma, será realizada a exposição historiográfica da história social e das elites, bem como as características da prosopografia e seus usos. Posteriormente a reflexão partirá da exposição de obras escolhidas que utilizam o método prosopográfico, demonstrando a delimitação do grupo, a escolha das variáveis, e os resultados obtidos. Por fim, a abordagem seguirá a discussão sobre História Regional e Local.

¹ STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.19, n.39, jun. 2011. p. 115. Tradução do texto original de 1971.

A História Social

A história social emerge como uma perspectiva de análise contestadora, diferente da abordagem da história tradicional anterior que preconizava a singularidade e individualidade dos fenômenos históricos, a história social propõe a análise das regularidades, através de um modelo explicativo em lugar de um demonstrativo, com um corte mais temático que cronológico, deslocando o foco do político para outros aspectos sociais como a cultura e a economia. Centrada nos fenômenos duradouros, nas estruturas e seus mecanismos de persistência e mudança, essa perspectiva segue o fluxo da análise processual da história.²

Eric J. Hobsbawm aponta três acepções correntes do termo história social e seu uso em diferentes e superpostas abordagens: primeiro como história das classes pobres ou inferiores e de suas manifestações; em segundo lugar como história do que se pode apontar “costumes” ou “vida cotidiana” e em terceiro; como um tipo de história que combinava “social” com “econômico”³.

A história social como contestação do modelo rankeano esteve presente na escrita da história desde o final do século XIX, mas adquiriu maior expressividade a partir dos *Annales* e a sua história total, de longa duração e interessada em todos os fatos do homem em sociedade, com o aspecto político marginalizado. Também remonta a esse grupo a história-problema, a consideração de toda produção humana como objeto da história e, decorrente disso, o alargamento das fontes para além dos documentos oficiais. Como característica desta perspectiva está o interesse pela formulação de novos problemas centrados no estudo do homem em sociedade, compreendendo suas dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas. Para Hebe Castro “todos os níveis de abordagem estão escritos no social, e se interligam”⁴, portanto, pode-se apontar que a história social abrange uma gama variada de estudos históricos.

É a partir dos marxistas britânicos na década de 1960 que a história social incorpora elementos como: a concepção da realidade como totalidade concreta, a importância da luta de classes, da necessidade de um modelo de análise racional científico, do tempo como processo, bem como a perspectiva da história desde baixo, apenas para citar alguns⁵. Desse modo, os

² CASTRO, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 41.

³ Em que muitas vezes o econômico assumia um papel preponderante. HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 83-84.

⁴ Ibidem, p. 42.

⁵ PETERSEN, Silvia. *Repensar a História do Trabalho*. Conferência na 2ª Jornada de História do Trabalho na Amazônia ANPUH/AM-UFAM. (no prelo, *Revista Espaço Plural; Unioeste*, 2016). p. 3.

marxistas britânicos fizeram avançar questões teóricas e metodológicas da história social, bem como, possibilitaram a delimitação da disciplina histórica, estabelecendo que ela possui um *corpus* teórico e metodológico próprio diferente daquele das ciências naturais ou mesmo das ciências sociais. Esse grupo também buscava “popularizar” a história.⁶ A busca de escrever a história das classes mais baixas, resultou na necessidade de fontes adequadas para captar os objetos propostos, assim, permitiu a ampliação das evidências históricas para construção do discurso histórico.

Assim, a história social constitui-se dentro da tensão da ciência moderna⁷, em que, a busca de constantes nos comportamentos sociais, a preocupação com a elaboração de hipóteses e a utilização de esquemas conceituais, mediando a realidade concreta,⁸ como instrumento de compreensão e explicação, e também o estabelecimento de métodos próprios de análise, refletem a necessidade de fornecer ao estudo das humanidades um estatuto científico.

Para compreender o espaço dedicado a história social na produção do conhecimento histórico na atualidade faz-se necessário perpassar brevemente seu percurso. Christophe Charle aponta quatro momentos da trajetória da história social: em primeiro lugar a percepção da história da sociedade em movimento, vinculada ao trabalho de Guizot, em que as classes são vistas antes como etiquetas que como conceitos de análise das realidades sociais. Em segundo lugar, a partir do início do século XX, na França, a abordagem concentra-se na história do movimento social. Em terceiro, com a “revolução dos *Annales*” entre os anos de 1930 e 1960 quando a história social é anexada à história econômica, o que “privilegiou o estudo das classes dominadas ou aquele das relações entre as classes fundamentais na visão “marxista” da sociedade”⁹. E por último a desvinculação entre história social e econômica, a

⁶ KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas británicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1989, p. 12.

⁷ Boaventura Santos apresenta um panorama acerca da constituição do paradigma moderno nas ciências, e aponta que o modelo de racionalidade proposto pela ciência moderna criaria nos estudos das humanidades duas vertentes. A primeira delas pretendia realizar uma verdadeira “física social” aplicando os mesmos métodos matematizados das ciências naturais às sociais. Já a segunda vertente, buscaria um estatuto metodológico próprio para as ciências sociais, enfatizando a subjetividade das ações humanas. SANTOS, Boaventura. Um Discurso Sobre as Ciências. In: *O Paradigma Dominante*. Porto: Afrontamento, 1996. p.19-22.

⁸ Como exposto por Silvia Petersen e Bárbara Lovato entende-se como *hipótese* “uma teoria ainda não demonstrada, uma conjectura ou explicação provisória cuja veracidade necessita ser apurada”, por outro lado, os esquemas conceituais integram uma *teoria* que “designa em seu sentido amplo, um conjunto de conceitos que a ciência elabora para representar uma determinada realidade concreta”. PETERSEN, Silvia; LOVATO, Bárbara. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013. p. 38.

⁹ CHARLE, Christophe “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea” In: HEINZ, Flavio M. (org) *Por outra história das elites*. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006. p. 20.

partir da década de 1970, que conduz a renúncia à globalidade do social e caminha no sentido da segmentação da análise em grupos socioprofissionais ou em “elites”¹⁰.

Nesta perspectiva deve-se complementar que a mudança na compreensão da história, desde a proposta dos *Annales*, deslocou o objeto da história do homem singular para o homem plural¹¹. Estudos densos, a partir do diálogo com outras áreas, como a geografia, sociologia, antropologia, e outras, aos poucos se tornaram uma das marcas deste movimento.

Hobsbawm aponta que o termo história social, amplo e composto por abordagens heterogêneas é melhor entendido no sentido história da sociedade. Desse modo, o autor dispõe que a concepção da história da sociedade deve partir da ideia da história como uma tela indivisível e aponta que “o historiador das idéias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe”¹². A partir dessa reflexão, a necessidade da articulação de diversos aspectos sociais em uma mesma análise se apresenta como um desafio desta perspectiva à medida que se amplia a especialização da própria disciplina.

Em contrapartida, também não se trata de considerar todos os aspectos sociais com o mesmo nível de importância, mas de criar um esquema de análise que permita hierarquizar os fenômenos sociais de acordo com sua relevância para entender como e o porquê dadas estruturas, transformações e permanências operaram em certo período histórico. Trata-se de elencar uma hipótese de trabalho, que contenha o nexos central da análise¹³. O mesmo cuidado deve ser estendido aos recortes cronológicos, ainda que se busque romper com marcos cronológicos tradicionais, deve-se entender que a história precisa estar delimitada no tempo, e por isso é necessário “refinar os recortes cronológicos e estabelecer articulações e hierarquias entre eles”¹⁴, sem perder de vista a questão processual do tempo.

Outro problema que enfrenta a história social é o da especialização. Segundo Kocka, o distanciamento nas últimas décadas entre a história social e a história econômica, e em contrapartida a aproximação com a história cultural estão relacionados à profissionalização e ao aumento de autonomia da história social como subdisciplina. Kocka assinala ainda que o

¹⁰ Ibidem, p.19-20.

¹¹ Neste sentido, Marc Bloch em sua clássica acepção aponta: “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar”. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Grifo nosso. p. 54.

¹² HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p. 87.

¹³ Ibidem, p. 93.

¹⁴ BATALHA, Claudio H. de M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, UFRGS, 13 (23/24): 87-104, 2006. p. 92.

abandono da problemática “materialista” ocorre justamente quando o capitalismo demonstra sua extensão mundial e penetra em todos os aspectos da vida social¹⁵.

Por outro lado, dos ganhos, os historiadores têm aprendido a analisar de forma integrada, múltiplas e diferentes dimensões das relações sociais como: classes, gênero, etnicidade e idade¹⁶, e com isso multiplicado estudos, por exemplo, sobre a história das mulheres¹⁷. A respeito dos recortes geográficos das abordagens, Kocka aponta que existe uma concentração dos estudos de história social no paradigma histórico nacional. Em alguns casos ocorre ainda a redução maior de recortes para espaços menores, como regiões, cidades e até mesmo vilas. Ao mesmo tempo, ainda que os estudos estejam muitas vezes ligados ao paradigma nacional, pesquisas que compreendem um tipo de história voltada ao “global” ou a “história mundial” têm crescido, o que está relacionado ao processo de globalização que permitiu o contato de pesquisadores com redes, experiências e expectativas que ultrapassam os estados nacionais¹⁸.

Neste mesmo ponto de vista, Batalha defende que a história comparativa e suas manifestações: história transnacional, cruzada e de transferência são essenciais aos estudos voltados ao social, de modo que, a especialização contribui para fragmentar as reflexões e limitá-las. Certamente os cursos de graduação e pós-graduação em história mantêm seus currículos atrelados a recortes territoriais e temporais, o que muitas vezes resulta na dificuldade do desenvolvimento de pesquisas que consigam dialogar fenômenos sociais entre países ou épocas diferentes. Outro problema é que, mesmo que exista certa tradição no estudo de determinados temas estes não se fazem de forma integrada, mas sim como um conjunto de pesquisas que somente tem em comum a temática geral, com métodos, fontes e, problemáticas diferentes e fragmentadas.

Desse modo, cabe ressaltar que a história social como perspectiva de análise é complexa e, o simples fato de alguns trabalhos adjetivarem seus títulos com o qualitativo social não faz com que compreendam efetivamente a estudos elaborados sobre essa perspectiva. O método de investigação, pautado em uma concepção racional e científica do conhecimento requer esforço para romper com a aparência da realidade. As questões

¹⁵ KOCKA, Jürgen. Losses, gains and opportunities: social history today. Introducing the Issues. *Journal of Social History*. Fall 2003. Findarticles.com. 09 feb. 2007. <http://www.findarticles.com/p/articles/mi m2005/is 1 37/ai 109668465>. p. 23.

¹⁶ PETERSEN, Silvia R. F. *A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas*. Mesa redonda. Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo, USP, 2011. p. 4.

¹⁷ Ibidem, p. 4.

¹⁸ KOCKA, op. cit., p. 26.

realizadas às fontes não se encerram em si mesmas e devem retornar a realidade para validar sua capacidade explicativa. Os aspectos sociais podem ser hierarquizados, mas não negligenciados ou omitidos.

Esses são apenas alguns elementos que se apresentam aqueles que buscam escrever uma história social enquanto história da sociedade. Porém mesmo diante da aparente complexidade, devemos nos perguntar se existe algum tipo de história que possa ser explicativa e não ser social, pois se a história acontece a partir da inter-relação de diversos aspectos da vida social humana, então estes mesmos aspectos não poderão ser dissociados para compreensão e explicação histórica.

O estudo das elites e a prosopografia

As transformações ocorridas no fazer histórico a partir da década de 1970, não devem ser dissociadas do tempo em que foram produzidas. A revogação do caráter inelutável dos fatos históricos abriu espaço ao estudo da ação humana na história.¹⁹ Neste sentido, os grandes esquemas dão lugar à análise prévia e através da pesquisa histórica passa-se à conceituação, em um procedimento de abstração, em que diante da reflexão acerca da realidade os conceitos são formulados, aumentando seu caráter explicativo e evitando o uso indiscriminado de definições pensadas a partir de outras realidades históricas.

É também desde a segunda metade do século XX que outra mudança se opera, a história política marginal desde os primeiros passos dos *Annales* retoma sua importância, baseado em um novo posicionamento diferente da história política tradicional. O interesse pelo estudo das elites, influenciado pela sociologia²⁰ retomou estudos a partir do método prosopográfico. Dessa forma, pode-se afirmar que a renovação permitiu o deslocamento da análise do homem singular, ilustre, para o grupo social componente das elites, de sua formação, mobilidade e relações, e assim, forneceu um campo de análise fortuito para os historiadores interessados em estudos concentrados na história social²¹. Outro aspecto relevante é que a história das elites estaria circunscrita sob um novo tipo de recorte espacial, se antes pretendia abranger as elites de um país, agora também trataria de grupos restritos, como aponta Charle:

Com a crise do marxismo e o declínio da história quantitativa e estrutural dos *Annales*, a partir de meados dos anos 1970, assiste-se a uma dissociação

¹⁹ PROST, Antoine. *Doze Lições Sobre a História*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 204.

²⁰ CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas” In: HEINZ, op. cit., p.42.

²¹ FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO; VAINFAS, op. cit. p. 70.

entre estas duas irmãs, a história econômica e a história social. A autonomização da história social leva os historiadores a renunciar tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos socioprofissionais ou em “elites”.²²

Dentro da discussão acerca dos conceitos que seriam utilizadas para o estudo dos grupos sociais dirigentes, o termo “elites”²³ passou a integrar uma parte significativa dos estudos produzidos desde pelo menos a década de 1970. O termo surgiria assim, no debate historiográfico, contraposto às terminologias fundadas na concepção marxista e serviria de igual modo à necessidade de uma definição que pudesse ser utilizada para compreensão de uma gama de diferentes sociedades. Neste sentido, Flavio Heinz, expõe que a imprecisão do termo “elites”, primeiramente criticada por sua falta de delimitação:

Tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção²⁴.

No âmbito da história social, o desenvolvimento do método prosopográfico, conforme aponta Flávio Heinz, veio atender a necessidade de um estudo das elites através da “microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social”. Segundo a abordagem clássica de Lawrence Stone a prosopografia é:

A investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante²⁵.

²² CHARLE, op. cit., p. 20.

²³ Mesmo tendo voltado a integrar o vocabulário corrente, o termo “elites” já aparecia em algumas produções. Para Norbert Bobbio, entende-se por teoria das elites ou elitista “a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. As bases dessa teoria podem ser encontradas nas proposições de Gaetano Mosca (1896), em relação à existência em toda sociedade de governantes e governados e Vilfredo Pareto (1916) sobre a teoria do equilíbrio social, em que existiriam diversas classes de Elites, dentro das quais estaria a classe política, integrada por políticos que usam a força: leões e políticos que usam a astúcia: raposas, conf. BOBBIO, Norberto. “Elites, teoria das”. BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINO. *Dicionário de política*. 5ª ed., Brasília: UNB, 1993. pp. 385-386.

²⁴ HEINZ, Flavio M. Introdução In: HEINZ, op. cit., p.8.

²⁵ STONE, op. cit., p. 115.

Para Stone dois problemas da história poderiam ser examinados a partir do método prosopográfico: as origens da ação política e a estrutura e mobilidade sociais²⁶. A análise do social encerrava-se assim como central na pesquisa histórica. A prosopografia inicialmente utilizada em pesquisas de história antiga e medieval passou a integrar a partir da década de 1950 trabalhos de história contemporânea, tal deslocamento deve-se ao interesse pelo estudo das elites despertado com a influência exercida pela sociologia.²⁷ Desse modo Charle dispõe que:

O declínio associado dos métodos estatísticos globais e da influência intelectual do marxismo, que privilegiavam as classes sociais de grandes contingentes (operariado, camponeses, burguesia), e o cuidado, próprio de sociedades cada vez mais fundadas sobre o indivíduo, de se aproximar da experiência individual e da diversidade das trajetórias sociais conduziram os historiadores dos períodos recentes a praticar a micro-história social, que implicava ter como método privilegiado a prosopografia ou a biografia coletiva²⁸.

Em relação à utilização do método, o historiador, a partir da delimitação do universo a ser estudado, deve elaborar uma série de questões que deverão ser justapostas e combinadas. Para cada categoria de dados o pesquisador recorrerá a um tipo de fonte diferente, registros cartorários de nascimento, casamento e morte, atas notariais, registros escolares, testamentos, entre outros. Diante de uma diversidade de fontes, o fio condutor da pesquisa poderá ser, na maior parte das vezes, nominal. O pesquisador também deverá estabelecer as variáveis que delimitarão o grupo a ser estudado, como por exemplo, ter ou não ocupado determinado cargo, níveis de riqueza, casamentos, formação e outros. Sobre a quantidade de fontes necessárias, Charle esclarece que:

A multiplicidade das pequenas amostras, saturadas de informações e, se possível, comparáveis entre si ou com aquelas de outros pesquisadores, me parece preferível – para ser fiel à reorientação metodológica que é a biografia social – ao tratamento exaustivo das grandes amostras com poucas variáveis²⁹.

Desse modo, a farta documentação encontrada muitas vezes em pequenos municípios pode conduzir a estudos mais sólidos que aqueles em que a informação sobre o grupo a nível nacional é mínima. A partir da exposição de algumas características do método, devem-se elencar as insuficiências e limites que a prosopografia apresenta.

²⁶ Ibidem, p. 116.

²⁷ CHARLE, op. cit., p. 42.

²⁸ Ibidem, p. 43-44.

²⁹ CHARLE, op. cit., p. 31.

Limites do método prosopográfico

A primeira ressalva quanto ao método prosopográfico é de não o aplicar a qualquer tipo de análise, ou seja, como destaca Heinz, não se pode fazer da prosopografia panaceia, pois sua aplicação é restrita e condicionado às fontes das quais se faz uso, sendo fecunda para análises de grupos profissionais, políticos e instituições educacionais, e pouco viáveis a estudos que visem abranger “representações” e “imaginários”³⁰.

Por outro lado, Charle problematiza justamente a dificuldade dentro do campo da história social da realização tanto da síntese entre o indivíduo e o social, quanto entre trabalhos de mesma temática operados através de diferentes recortes geográficos. Dessa forma, mesmo que haja uma pulverização de trabalhos que utilizam o método prosopográfico, cada um deles envolve um universo de fontes e questões que nem sempre podem ser relacionadas à outra pesquisa, o que dificulta a elaboração de uma história social comparada e a realização de síntese.

A respeito da seleção e organização das fontes, o historiador estará diante de um processo complexo que partirá, após a seleção do grupo a ser estudado, do levantamento das fontes disponíveis para aqueles indivíduos. Dessa forma, o pesquisador precisará de uma elevada quantidade de registros que deverão ser relacionados posteriormente para compor as biografias coletivas. Em um segundo momento, deverá também realizar o tratamento dos dados, a quantificação, muitas vezes com a ajuda de algum sistema informatizado que facilite o processamento dos dados. Apenas nessas duas fases de pesquisa, já estão dispostas diversas atividades que certamente envolvem um trabalho metodológico extenso. Por tratar-se de um procedimento que se apresentará muitas vezes exaustivo, Charle alerta que:

O historiador social é seu próprio estatístico. Ele deve, em um primeiro momento de pesquisa, coletar dados como o faz um funcionário do censo. Ele deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação final que será tratada. Mais seu questionário é longo, mais sua população-alvo deve ser precisa: a escolha do alvo é primordial, pois uma amostragem arbitrária pesará permanentemente sobre os resultados³¹.

Porém, a facilidade apresentada pelo tratamento informatizado dos dados também pode apresentar uma das dificuldades do método, a da excessiva quantificação em detrimento da análise crítica, deve-se considerar que “o empirismo biográfico corre o risco de fortalecer a

³⁰ HEINZ, op. cit., p. 12.

³¹ CHARLE, op. cit., p. 31.

deriva positivista contida na utilização imoderada da máquina”³². Como aponta Caio Prado Júnior “a quantidade não é mais, de fato que uma subdivisão interior da qualidade”³³.

Mesmo entre as pesquisas que podem obter respostas através da quantificação ou de um volume maior de dados diversos captado nas fontes, também existe o desafio de tratamento do material, que demanda uma equipe de trabalho e um tempo extenso de pesquisa³⁴. Nesta mesma linha, Batalha aponta que para enfrentar os desafios que a prática exige é necessário que os historiadores não tenham medo de empreender projetos coletivos³⁵.

Neste sentido, os resultados da utilização do método dependem: do tempo disponível para desenvolver a pesquisa, de quantas pessoas estarão envolvidas no processo e da incompletude das informações acerca dos indivíduos selecionados. Portanto, como aponta Marcela Ferrari, para reduzir os impactos de tais elementos no resultado da pesquisa “es conveniente que el historiador que hace prosopografía de elencos políticos se resigne desde el comienzo a trabajar sobre muestras no aleatorias y a expresar tendencias más que conclusiones definitivas”³⁶.

Em relação aos limites de generalizar ao grupo o que foi levantado a partir de poucos indivíduos, Burke destaca que, mesmo que a argumentação não se apoie em bases sólidas, tratando de apenas uma fração do real, o método prosopográfico propõe um tipo de generalização menos genérica e mais explicativa em face de análises que não consideram nenhuma amostra dos membros e que acabam por “generalizar sem base alguma”³⁷.

Apresentados alguns dos benefícios e insuficiências da prosopografia deve-se destacar que o método não responde a todas as questões e como qualquer outro permite captar apenas uma amostra do real, uma pequena fração, que conduz a problematização da realidade aparente, a percepção das regularidades, conflitos e das nuances que compõe a trama social.

Considerações sobre estudos que utilizam a prosopografia

Para exemplificar a aplicação do método prosopográfico, apresentaremos um breve resumo de alguns estudos, pois um balanço da produção historiográfica deixará certamente uma gama extensa de trabalhos de fora. Portanto, serão expostas as obras *Veneza e Amsterdã*

³² Ibidem, p. 30.

³³ PRADO JR., Caio. História quantitativa e método da historiografia. São Paulo, *Debate e Crítica* n.6, jul. 1975.

³⁴ HOBBSAWM, op. cit., p. 98.

³⁵ BATALHA, op. cit., p. 100.

³⁶ FERRARI, Marcela. Prosopografía e historia política: Algunas aproximaciones. *Antíteses*, v.3, n.5, jan.-jul. 2010, p. 541

³⁷ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites no século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 23.

de Peter Burke, *A Construção da Ordem* de José Murilo de Carvalho³⁸ e alguns textos selecionados da coletânea *Por outra história das elites* organizada por Flávio Heinz³⁹. Por se tratar de uma exposição do método prosopográfico e suas aplicações, as obras serão analisadas a partir do uso que fazem da prosopografia.

Para Burke, o recorte das elites a serem estudadas se dá através das características de duas cidades, Veneza e Amsterdã, que permitem sua comparação: eram as maiores cidades de suas repúblicas; possuíam independência política; havia predominância de civis entre os membros da elite e diferentemente de outras cidades a vida estava concentrada em maior parte do tempo nas cidades. Como critérios de delimitação dos grupos superiores estão: status, poder e riqueza. A análise das elites parte de oito questões principais que estão concentradas basicamente nos itens: estrutura, recrutamento, carreiras políticas, base econômica, estilo de vida, valores, educação, motivo da mudança no período estudado.

A rigorosidade metodológica de Burke é comprovada através do estudo das biografias coletivas de 563 homens, divididos entre as duas cidades analisadas. O espaço dedicado pelo autor à mudança social deve-se ao seu posicionamento em relação à história social, pois, conforme postulado “a nova história social poderia ser definida de forma mais positiva como o estudo da mudança social em comunidades específicas, sendo que “mudança social” significa mudança na estrutura social, ou seja, na estrutura dos grupos que formam a sociedade”⁴⁰.

Já o recorte proposto por José Murilo de Carvalho propõe a análise das elites brasileiras no século XIX e as articulações que levaram ao estabelecimento da ordem após a independência, em contrapartida a fragmentação observada nas colônias espanholas. O autor parte do pressuposto que a formação das elites brasileiras concentradas em um mesmo local daria origem a um grupo menos heterogêneo e mais coeso ao passo que o formado pelas elites com formação diversa da América Espanhola. Portanto, nota-se que Carvalho parte da diferença entre os processos políticos, que se desdobraram na manutenção da unidade política de um lado, e da fragmentação de outro, para expor a motivação das ações políticas de tais elites. Dessa forma, diferentemente de Burke, o recorte espacial opera ao nível geral, trata-se da análise das elites em um espaço amplo composto por todo o Brasil.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

³⁹ HEINZ, Flávio M. (org) *Por outra história das elites*. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

⁴⁰ BURKE, op. cit., p. 15.

A delimitação dos grupos nesses dois casos parte da análise da diferença, ou seja, os autores selecionam duas elites passíveis de comparação entre si, primeiro em relação à Veneza e Amsterdã, e em segundo as elites brasileiras e as da América Espanhola. Contudo, a obra de Burke atende propriamente a proposta comparativa ao passo que a de Carvalho realiza apenas uma exposição inicial das duas elites de forma a justificar sua opção pelo estudo das elites brasileiras e do entendimento do porque sua aparente união e ordem após a independência.

Outro exemplo de estudo prosopográfico que utiliza o modelo comparativo é o de Love e Barickman, em que são examinadas as elites dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo no período de 1889 a 1937. A abordagem inclui três elites regionais, e a escolha do recorte parte do pressuposto “estados cujas elites exerceram poder real durante um período em que os partidos estaduais se constituíam na única unidade coesa de organização política”⁴¹. Desse modo, foram elaboradas pelos autores as biografias coletivas de 263 indivíduos para São Paulo, 276 para Pernambuco e 214 para Minas Gerais. Em uma abordagem densa são exploradas as variáveis: educação, ocupação, nível de riqueza familiar, e com destaque a membros da elite com a mesma ocupação de seus pais, demonstrado através do índice estatístico qui-quadrado⁴². Entre as conclusões propostas pelos autores está a concentração de cargos políticos ocupados por proprietários, problematizando a autonomia do Estado frente aos interesses econômicos⁴³. Dessa forma, a análise contempla a questão das origens da ação política.

A partir de um recorte menor a nível municipal, Linteau em seu estudo sobre a representação política em Montreal entre os anos de 1880-1914 propõe a análise da emergência das elites, que seria composta por três grupos: novos empresários, especialistas e expertos e novas elites francófonas, o autor também trata da oposição entre reformistas e populistas originados a partir desses três grupos e sua representação política ao longo do período analisado. O estudo comporta as biografias de 234 homens que ocuparam o cargo de prefeito, de conselheiro municipal, ou de comissário junto a Prefeitura de Montreal, entre 1880 e 1914⁴⁴. Neste caso, temos a delimitação da elite a ser estudada a partir do mapeamento da função exercida, pois, correspondem ao universo estudado os homens que ocuparam determinados cargos políticos no período, e pretende dar conta da estrutura da elite política de

⁴¹ LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. “Elites regionais”. In: HEINZ, op. cit., p.78.

⁴² Índice que indica a relação denexo causal das hipóteses testadas.

⁴³ Ibidem, p. 95.

⁴⁴ LINTEAU, Paul-André. “Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal”. In: HEINZ, op. cit., p. 180.

Montreal. Entre as variáveis utilizadas pelo autor, estão: origens étnicas, linguísticas e regionais, características profissionais e carreira política.

Observando a motivação da escolha dos objetos pelos autores expostos, chegamos a um dos objetivos da prosopografia para o estudo de elites: desvendar as origens da ação política. As obras de Burke e Love e Barickman sinalizam também a outra possibilidade de análise do método prosopográfico: a análise da estrutura e mobilidade sociais. As obras destacadas acima transitam pelo campo da história social e utilizam o método prosopográfico para pensar determinada realidade histórica, através da escolha e delimitação das variáveis, baseadas em questionamentos prévios, tais estudos permitem desvendar os princípios da ação política. Também as dinâmicas sociais são compreendidas a partir de um grupo de indivíduos visíveis e comparáveis entre si.

Desse modo aponta-se que a prosopografia é um método exaustivo, a demanda de um estudo extenso limita a possibilidade de sua aplicação a grupos demasiadamente grandes, por isso, considerando o tempo e os recursos necessários para aplicação do método, o estudo de elites regionais ou locais, parece apresentar resultados mais fecundos, como demonstrados pelos estudos de Love e Barickman e Linteau.

Além da delimitação dos indivíduos, pode-se destacar a necessidade de uma quantidade diversificada de fontes que possam ser relacionadas entre si e questões que devem orientar o entendimento do funcionamento do grupo. Desse modo, considerando a dimensão fragmentada das fontes disponíveis em arquivos brasileiros, o recorte espacial restrito, a nível local ou regional, pode conduzir a ampliação das possibilidades da prosopografia.

Reflexões sobre a História Regional e Local

Em sentido amplo, quando se evoca a utilização da história regional ou local trata-se correntemente de uma referência ao recorte espacial. Porém, pesquisas centradas nestas duas concepções devem considerar primeiramente alguns questionamentos sobre o que se entende por cada uma dessas delimitações. Portanto, o primeiro ponto é distinguir o que se entende por história local e por história regional, dois termos semelhantes, porém, que dizem respeito a duas perceptivas diferentes. Apresentaremos duas definições complementares expostas por Pierre Goubert e Eric Van Young respectivamente.

Como aponta Goubert, a história local permaneceria ao longo do século XIX e início do século XX em tensão com a história geral. Por um lado, o desprezo do local fez surgir uma história que buscava abranger um recorte espacial maior que conduzia à generalização da

análise, afastando-se do homem singular. Por outro, as histórias local e regional forneceriam uma perspectiva de análise próxima às necessidades da história social, no sentido que, a redução do espaço a ser estudado permitiria compreender fenômenos invisíveis em um nível maior de generalização.

Em relação à história local e tratando das cidades europeias, Goubert apresenta o argumento de que devido ao modo como estavam organizadas as pequenas cidades, imperava como ponto de referência para a maioria dos europeus a paróquia, a pequena cidade e seus arredores. Pelo menos até os séculos XVIII e XIX, a ausência de vias de acesso inviabilizava trajetos maiores que 10 ou 15 quilômetros por dia e a baixa circulação de ideias. Também, tais lugares possuíam as mesmas leis, práticas culturais, sociais e econômicas, circunscritas sob a mesma área judiciária e administrativa. A partir desta exposição o autor propõe que uma história geral não daria conta de explicar as dinâmicas destas várias realidades que operavam dentro de reino, por exemplo. Portanto, apenas uma história com enfoque local permitiria captar regularidades e diferenças, em sua proposta:

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que uma unidade provincial comum (como county inglês, um contato italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês)⁴⁵.

A definição de Goubert, diferentemente da de Van Young, apresenta um recorte espacial específico e define o que deve ser entendido como história local. O risco evidente dessa perspectiva é tomar como verdadeira a delimitação administrativa ou institucional de determinada cidade. Mesmo assim, a história local demonstra sua validade enquanto uma perspectiva adequada à história social, de modo, a não perder o real em meio à generalização.

Neste sentido Ignasi Terradas i Saborit em relação à história local, explora a validade deste recorte como comprovação de autenticidade da história geral, permitindo verificar a nível local a explicação proposta a nível geral, e com isso, recompor a micro e a macro-perspectiva. Trata-se do entendimento da história geral e local como explicação e compreensão respectivamente:

La explicación busca causas, hechos de carácter externo, generalizables y susceptibles de criterios considerados como objetivos. La comprensión: motivos, contextos e intenciones. [...] Teniendo en cuenta todo esto, pienso que habría que articular la historia local y la general tomando el nivel local como el de la comprensión y el general como el de la explicación. Así, el

⁴⁵ GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*. Ano 1, n1, maio/agosto 1988. p.70.

nivel local permite profundizar y dar más sentido práctico, cotidiano y real a las corrientes generales⁴⁶.

Por outro lado, Van Young a respeito da história regional, propõe uma discussão sobre a validade da utilização do conceito de região para a análise da realidade mexicana, e sua proposta parte do pressuposto de que as regiões são “hipóteses a demonstrar” e não uma divisão previamente definida seja ela administrativa, política ou topográfica. Para Van Young, o conceito de região em sua forma mais útil seria aquele que a entende como “especialização de uma relação econômica”⁴⁷. Sobre como identificar as características de uma região aponta que as fronteiras podem ser permeáveis e não precisam condizer necessariamente com as divisões políticas-administrativas ou com as características demográficas⁴⁸. Em relação aos benefícios de um recorte regional, Van Young pontua que as regiões são “boas para pensar”.

Desse modo, Van Young, assim como Terradas i Saborit propõe que a história regional no campo teórico permite a reconciliação entre a micro e a macro-perspectiva,⁴⁹ demonstrando que a história regional não nega a existência de uma história geral, mas sim a complementa.

Em análise às possibilidades que circunscrevem os estudos de história regional, Raúl Fradkin descreve três questões que conduzem a resultados diferentes nos estudos de história regional: primeiro se a história regional pode ser o estudo de caso de processos mais amplos e estruturais, segundo sobre o estudo micro de estratégias e ações sociais observadas “ao rés do solo”, e por último se a história regional não pode ser entendida como âmbito mais apropriado para o estudo do conflito social e da ação coletiva⁵⁰. As respostas a esses questionamentos conduzem, como afirma o Fradkin, a diferentes formas de fazer e pensar a história regional.

Outro ponto, é o entendimento da história regional e a micro-história como unidades de análise diferentes, como expõe Arturo Taracena:

En sí, la *microhistoria* y la *historia regional* son unidades de análisis diferentes, aunque compartan preguntas y puntos de partida similares. La *microhistoria* parte de reducir la escala de observación a un espacio *micro* –

⁴⁶ TERRADAS I SABORIT, Ignasi. La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general. In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia*. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Editora, p. 182-183.

⁴⁷ VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. *Anuario Instituto de Estudios Histórico Sociales*. n. 2, 1987. p. 257.

⁴⁸ VAN YOUNG, op. cit., p. 258.

⁴⁹ Ibidem, p. 260.

⁵⁰ FRADKIN, Raúl. “Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia*. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Editora, p. 122.

local, familiar, laboral – desde el que se puedan responder preguntas macros y aí dialogar con las dimensiones regionales y nacionales. A su vez, representa una dimensión ideal para abalizar la cotidianidad, las redes sociales, las mentalidades⁵¹.

Diante dessas proposições, o entendimento de que as regiões são hipóteses a demonstrar e de que tanto a história regional quanto a local podem ser percebidas como validações da explicação proposta a nível geral, são considerações necessárias para pensar estudos que versem sobre esses recortes. De modo geral, as dimensões local e regional fornecem um campo de observação ideal para a história social e das elites. É nesse nível de observação que passam a serem perceptíveis as proximidades e dessemelhanças que existem entre o que se entende por história geral e o local, individual. Mesmo assim, outro ponto apontado é que não se pode deixar a reconciliação entre a micro e a macroperspectiva, pois é apenas através do diálogo entre essas duas instâncias que se dá a produção de um conhecimento inteligível.

Considerações Finais

Por fim, são as relações sociais a que a história social quer captar. Os homens e suas dimensões, seu cotidiano, cultura, economia, formas de sociabilidade, suas transformações e permanências, a formação e a dissolução de grupos, classes, elites. Trata-se de perceber a sociedade em movimento, permeada de ação humana. Neste sentido, a história das elites apresenta-se como um dos recortes possíveis do social, aquele que torna compreensíveis as relações de poder. No entanto, deve-se proceder com cautela, pois, o poder é uma das esferas que ao mesmo tempo encanta aos historiadores e os leva a crer na imutabilidade dos fatos. O perigo está na finitude dos estudos, é impossível apreender o real por completo, toda pesquisa versará apenas sobre um fragmento da realidade.

O método prosopográfico não se limita ao estudo das elites, integra também estudos sobre grupos sociais mais amplos. Neste caso, retoma-se que assim como outros métodos, a prosopografia está condicionada as fontes de que faz uso e das questões que são estabelecidas pelo pesquisador. Por isso, o método parece se adequar melhor a pequenos grupos saturados de informações que a grupos extensos com poucos registros. A combinação da prosopografia com outros métodos pode ser empreendida para ampliar o entendimento das dinâmicas sociais.

⁵¹ TARACENA, Arturo Arriola. “Propuesta de definición histórica para región”. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n. 35, enero-junio 2008, p. 182-183.

Para produzir bons resultados deve-se seguir um plano previamente orientado, como apresentado por Ferrari, estabelecer quem e quantos, o porquê – objetivo final e como – as fontes, as questões e as variáveis⁵². Outro ponto é que o fim da elaboração de biografias coletivas não deve ser a criação de verbetes, mas, a compreensão através de um resumo da vida de cada um dos indivíduos escolhidos de características impactam na ação política e que os torna integrantes de um grupo, bem como, de entender quando ocorrem as mudanças, quais práticas solidificam e mantêm o grupo e diversas outras questões que podem ser propostas em estudos que utilizam a prosopografia. Neste sentido, Giovanni Levi dispõe “a biografia não é nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo”⁵³.

⁵² FERRARI, op. cit. p. 541-546.

⁵³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 175.